

## Materialismo dialético e o caráter interdisciplinar da Geografia Agrária

Fernando dos Santos Sampaio<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado em Geografia da Unioeste Campus Francisco Beltrão. E-mail: fernandosampaio\_cch@yahoo.com.br

Recebido: 24/10/2008  
Aprovado: 28/04/2009

### Resumo

O presente artigo visa discutir a influência de outros campos disciplinares na produção científica ligada à Geografia Agrária. Pretende-se mostrar que o caráter interdisciplinar da Geografia é uma importante característica desta ciência para a compreensão dos grandes temas relacionadas à questão agrária. Dentro dessa perspectiva, busca-se mostrar que o materialismo dialético é o método que consegue dar respostas satisfatórias às indagações científicas no âmbito da Geografia Agrária por dois motivos centrais, o entendimento do caráter histórico das grandes questões e a importância da compreensão das múltiplas determinações ao se analisar a realidade. Conclui-se que é somente com o diálogo com outras disciplinas científicas é que se pode chegar a respostas satisfatórias sobre o objeto investigado.

Palavras Chave: Geografia, Materialismo Dialético, Questão Agrária

### Dialectical materialism and the interdisciplinary nature of the agrarian geography

#### Abstract

This article aims to discuss the influence of other disciplines in the related scientific fields. It intends to show that the interdisciplinary nature of geography is an important characteristic of this science to the understanding of major issues related to the agrarian question. Within this perspective, seeking to show that dialectical materialism is the method that can give satisfactory answers to scientific questions within the geography agrarian central for two reasons, the understanding of the historical character of the major issues and the importance of understanding the multiple determinations when analyze the reality. It follows that it is only through dialogue with other scientific disciplines we can reach satisfactory answers on the investigated subject.

Key-words: Agrarian Geography, Dialectical Materialism, Agrarian Question

### Introdução

O presente artigo visa discutir a influência de outros campos disciplinares na produção científica ligada à Geografia Agrária. Pretende-se mostrar que o caráter interdisciplinar da Geografia é uma importante característica desta ciência para a compreensão dos grandes temas relacionadas à questão agrária.

A nossa base de interpretação está ligada ao materialismo dialético que, em nosso entendimento, é o método que consegue dar respostas satisfatórias às indagações científicas no âmbito da Geografia Agrária por dois motivos centrais:

a) Este método tomou como central, o entendimento do caráter histórico das grandes questões: nada é parado e imóvel no tempo, estando a realidade em constante transformação e, entender os mecanismos dessa transformação é um dos papéis centrais da ciência;

b) A raiz do método marxista está na importância dada à compreensão das múltiplas determinações ao se analisar a realidade. Não existe um objeto desvinculado de outros, a única forma de compreensão possível está na compreensão da realidade em suas diversas determinações. A dialética marxista nos permite indagar de forma mais ampla as características e determinações do objeto de estudo ao qual focamos em uma pesquisa.

Assim, no decorrer do texto buscamos discutir brevemente nossa visão sobre o papel da ciência, o papel da interdisciplinaridade na construção do conhecimento, a compartimentação da ciência e a busca do objeto da Geografia Agrária, a importância do momento histórico na escolha dos grandes temas a serem discutidos e pesquisados e sua relação política com questões mais amplas da sociedade.

Ao fim, procuramos mostrar que é somente com o diálogo com outras disciplinas científicas que chegaremos a respostas satisfatórias sobre o objeto investigado, demonstrando a riqueza que a Geografia tem ao ser uma ciência de síntese.

### **A importância da ciência como forma de conhecer o mundo**

O conhecimento científico (metódico, investigativo, teórico, empírico) é um instrumento importante para o homem em sua luta pela sobrevivência. Pode-se falar que na incessante luta entre do homem por sua sobrevivência, tentando dominar a natureza como forma de se apropriar de suas condições de vida, a ciência vem como um instrumental de fundamental importância que permite ao homem adquirir formas de melhor conhecer os processos e leis que regem a natureza e mesmo as formas de sua organização social. É bom lembrar que nossa visão de ciência é próxima à de Álvaro Vieira Pinto (1969, p.4)

A ciência só pode tornar-se um instrumento da libertação do homem e do seu mundo nacional se for compreendida por uma teoria filosófica que a explique como atividade do ser humano pensante e revele o pleno significado da atitude de indagação em face da realidade natural e social. Uma filosofia da pesquisa científica, que incorporará naturalmente toda a reflexão sobre a metodologia da investigação, a lógica do raciocínio científico e a sociologia da ciência, é o pressuposto indispensável à formação da consciência do trabalhador nesse campo da cultura, tão indispensável quanto os conhecimentos particulares técnicos de que deve estar munido para empreender sua atividade.

Ou seja, a ciência deve ser compreendida como um instrumento de libertação do homem e para tanto deve ter uma atitude de indagação filosófica que permita entender sua importância no bojo desse processo de libertação. A ciência fragmentada traz certas limitações para tal entendimento, o que nos leva a necessidade de uma reflexão teórica sobre a ciência na qual ela possa ser compreendida não somente nos seus aspectos compartimentados, mas no seu objetivo mais geral, mais amplo de conhecimento. Esse conhecimento mais amplo, do concreto, do real apreendido é que pode nos levar ao entendimento da prática científica como prática libertadora.

Não só as ciências são compartimentadas entre si, nos seus diversos ramos de conhecimento (matemática, física, química, história, Geografia, biologia, etc) mas também dentro de cada ciência a compartimentação vai se tornando mais comum. As “sub-áreas”<sup>2</sup> em cada uma das diversas

---

<sup>2</sup> Vale lembrar que o próprio Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) no Brasil adota uma compartimentação em áreas e sub-áreas de pesquisa, trazendo a tona uma compartimentação cada vez mais segmentada dentro de cada ramo da ciência.

ciências (ou disciplinas) aparecem de forma a criar as especificidades metodológicas ou de objetos de estudo, criando assim uma nova característica de compartimentação da ciência.

A Geografia, dentro dessa lógica, também traz suas divisões internas. Não pretendemos negar as vantagens práticas de tal compartimentação em relação aos aspectos metodológicos da pesquisa ou na definição mais centrada do objeto de estudo. O que pretendemos é levantar o questionamento de que o abandono da visão mais geral pode levar a uma fragmentação que leva a perda do sentido original da tentativa da compreensão do real como totalidade.

### **A Geografia e a interdisciplinaridade**

O nascimento da Geografia científica por volta do século XIX está marcado pela influência do momento histórico em que surge. Do ponto de vista do pensamento filosófico e metodológico do momento, havia grande influência do positivismo, da idéia de compartimentação da ciência e por outro lado, do pensamento ligado ao materialismo histórico que, com base na dialética, pretendia uma visão de conjunto da realidade.

A busca do conhecimento científico pela Geografia pretendia-se neste momento como uma ciência ligada principalmente às interações do homem com a natureza, dando maior ênfase aos aspectos naturais do que propriamente aos sociais. O desenvolvimento da Geografia como ciência trouxe a partir dessa compartimentação aquilo que veio a ficar conhecido com o “a crise de objetos”, ou seja, qual seria o objeto de estudos da Geografia e no que ela se diferenciaria de outras ciências?

A gênese da Geografia científica e o seu desenvolvimento ulterior foi tema amplamente estudado, não sendo de nosso interesse rever esses aspectos, mas levantar um ponto que consideramos de suma importância para entender a interdisciplinaridade na Geografia Agrária. A Geografia nasce como uma ciência de síntese, com uma postura holística, fundamental para o entendimento da complexidade do mundo.

Dessa forma, o entendimento da realidade só nos é possível através da utilização dos referenciais teóricos de outras ciências, da utilização

do instrumental das chamadas ciências conexas a qual a Geografia pode englobar em busca da sua interpretação do mundo. Ao ter desde o seu surgimento uma preocupação com a relação entre homem e natureza, as ciências afins acabam sendo muitas, visto que englobaria tanto as ciências chamadas naturais como as ciências sociais ou humanas. Como nos aponta Milton Santos (2005, p. 56)

O espaço geográfico - incluindo as cidades, uma realidade em processo permanente de transformação - tem sido estudado através de um grande número de disciplinas: Geografia, economia regional e urbana, sociologia urbana, urbanismo, arquitetura, análise regional, planificação urbana e regional etc. Cada uma dessas disciplinas adotou um enfoque particular e, também, dir-se-ia, uma epistemologia particular. Mesmo o vocabulário é específico.

Ou seja, ao estudar um objeto existem uma série de disciplinas que podem colaborar com o seu estudo, dando diferentes enfoques ou considerando centrais este ou aquele aspecto, de acordo com os métodos de que se utilizam. A compartimentação da ciência como foi colocada pelo positivismo traz junto a si um fortalecimento dos métodos próprios de cada ciência mas ao mesmo tempo cria um problema do entendimento fragmentado da realidade. As ciências de síntese como é o caso da Geografia e da História tem uma grande importância na tentativa de juntar tais referenciais com vistas a compreender o concreto como um todo, buscando superar a fragmentação.

#### **A busca do conhecimento não é neutra nem compartimentada**

Quando se busca conhecer o real, ou mesmo, se busca a apreensão de parte da realidade concreta vivida, tal busca nunca pode ser considerada como neutra. A visão de mundo, a filosofia que rege a visão científica, o método de análise, a metodologia de pesquisa, todas elas estão ligadas à preocupação do cientista e à sua visão de mundo. Não queremos aqui fazer apologias à nenhuma visão subjetivista, na qual é o “olhar” do pesquisador cria a realidade a ser analisada. Buscamos aqui trazer a tona que é a preocupação social (e portanto derivada da visão de mundo) que leva o

pesquisador a adotar tal ou qual método de investigação e a escolha de quais ramos da ciência com que ele vai dialogar.

A Geografia como ciência de síntese proporciona estabelecer diálogos com diversas outras disciplinas. No âmbito da Geografia Agrária também é possível estabelecer tais diálogos, não só com as disciplinas ligadas à chamada Ciência Humana como também às ligadas às Ciências Naturais. A preocupação fundamental da Geografia Agrária de entender não somente a produção em si ou as diferenciações de áreas agrícolas, mas de entender o papel humano na produção do espaço agrário traz a necessidade de que o uso de referenciais de outras ciências estejam presentes. No entanto a escolha de qual desses referenciais serão mais ou menos utilizados estarão ligados diretamente às preocupações do pesquisador em Geografia Agrária.

A Estatística é uma ciência fundamental para o entendimento do processo de produção do espaço agrário e portanto uma das disciplinas com a qual a Geografia mantém importante diálogo. Basta ver o grande uso feito nos mais diversos trabalhos de Geografia Agrária dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principalmente os levantamentos dos Censos Demográficos ou dos Censos Agropecuários. No entanto o uso isolado dos dados estatísticos não nos proporcionaria compreender a realidade vivida no campo brasileiro, pois tais dados por si só não respondem às indagações necessárias ao geógrafo que não queira saber somente como se dá a distribuição da produção ou da população pelo território.

A Antropologia traz importante referencial no estudo das permanências culturais encontradas em diversos ambientes geográficos, a Sociologia nos dá suporte para o entendimento de determinadas relações sociais encontradas no campo e na cidade. No entanto tais disciplinas isoladamente não conseguem dar conta de explicar o fundamento das permanências ou das relações sociais, sendo necessário o estabelecimento de diálogo com outras disciplinas também.

A Psicologia traz importantes referenciais para aqueles que pretendem estudar o imaginário camponês, que também se apresenta como objeto de estudo no âmbito da Geografia Agrária. Tais estudos também

muito ligados à Antropologia trazem preocupações singulares em relação à interação homem natureza e à influência do meio no modo de pensar.

A economia espacial, com seus diversos instrumentais possibilita um entendimento das manifestações do uso do território por grupos de interesse e a ação do processo de acumulação de capital na produção do espaço. Ação essa que não está ligada somente ao aumento das forças produtivas, mas também às modificações nas relações de produção. Ainda podemos citar várias outras ciências como o Direito, a Medicina, a Física, Química, Biologia, entre outras que interagem com a Geografia, ou seja, a possibilidade de contatos vão além das chamadas ciências afins.

Ora, os pontos de contato da Geografia em geral e da Geografia Agrária em particular são muitos. É a preocupação do pesquisador (diretamente relacionada às preocupações sociais do momento histórico em que vive) que o levará a escolher entre as diversas ciências aquela na qual estabelecerá maior contato, a qual trará o aspecto fundamental de suas pesquisas. Como apontado por Marx (1978, p. 116)

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

No entanto, para Marx é a forma com que os homens se organizam para adquirirem seus meios de subsistência que traz o aspecto fundamental dentre as múltiplas determinações e, nesse entendimento, são as relações econômicas<sup>3</sup> as mais importantes no processo de análise do concreto. E no bojo dessa influência do pensamento marxista que pretendemos analisar os pontos seguintes em relação à influência dos diversos campos disciplinares na Geografia Agrária.

<sup>3</sup> Vale deixar claro que nosso entendimento de relações econômicas está ligado à visão marxista do termo, ou seja, entender o processo econômico como uma relação social histórica. A economia não é somente a "ciência de administração de recursos escassos", mas sim a ciência que estuda as formas de organização social e técnica que possibilitam o homem adquirir seus meios de sobrevivência. Ou seja, ao nosso ver o estudo econômico a que nos referimos está ligado ao estudo do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Tais relações são sociais e não apenas técnicas e o fundamental para a compreensão da ligação entre elas está na luta entre os diferentes grupos sociais na sua participação na produção de suas condições básicas de sobrevivência. Portanto, no atual momento ao falarmos em relação econômica expressamos diretamente a sua ligação com a luta de classes.

### **A Geografia Agrária como ramo especializado da Geografia**

A Geografia Agrária surge como o ramo da Geografia que se preocupa com as questões ligadas à produção agrícola e às suas relações de produção. Os diferentes momentos pelo qual passou a sua evolução enquanto ramo da ciência geográfica estão ligados aos momentos históricos e suas condições sociais que levavam a utilização de determinados métodos e ao questionamento que faziam em relação à realidade. Dessa forma, tomando o exemplo brasileiro, no início de sua consolidação as principais preocupações da Geografia Agrária estavam ligadas à produção agrícola e as diferenciações de áreas, marcadamente influenciadas pelos franceses que fundaram a Geografia científica no Brasil. Num segundo momento foram importantes os trabalhos ligados à quantificação de áreas produtivas e a espacialização das produções, marcadamente com a influência da Geografia quantitativa. O momento atual, no qual daremos maior importância, traz grande influência da Geografia crítica e as preocupações com o meio social e as relações de produção são fundamentais para o seu entendimento.

Os diversos campos disciplinares que influenciam na Geografia Agrária estão ligados diretamente às preocupações e indagações feitas em cada momento. O diálogo com a matemática e a estatística foi muito mais presente na Geografia quantitativa do que seu diálogo com a Sociologia. O momento atual traz influências marcantes da Antropologia, Economia, Sociologia, Psicologia social e Política. Procuraremos mostrar que o diálogo com as outras disciplinas está ligado não somente aos métodos ou objetos específicos de cada uma delas, mas principalmente de qual é a indagação que se faz ao objeto de estudo. Ou seja, o fundamental nesse diálogo não é saber como chegar à resposta, mas sim saber qual pergunta deve ser feita.

### **Ciência e política: movimentos sociais e a busca de uma práxis**

A influência do marxismo na Geografia Agrária brasileira se mostrou presente nas últimas décadas. Os trabalhos de Ariovaldo U. Oliveira, Manoel Correia de Andrade, entre outros são marcados por forte influência

do pensamento marxista e, principalmente, do seu caráter transformador. A influência do marxismo não se dá somente no uso das categorias de análise colocadas por Marx, ou do uso de seu método investigativo, mas principalmente pelo entendimento da questão agrária no bojo do desenvolvimento das forças produtivas e da transformação social. É dessa forma que a Geografia Agrária ligada ao marxismo (ou com influência deste) está vinculada a um projeto de transformação da sociedade e, portanto, ligada de forma direta às análises mais diversas do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e das contradições apresentadas por este. Marx (1978, p. 130) nos diz

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual.

As palavras de Marx nos permite enfatizar a importância do estudo das relações de produção estabelecidas no campo como um objeto fundamental dos estudos de Geografia Agrária. A Geografia Agrária atual tem como raiz principal de interpretação a análise do capitalismo no campo, suas características, os movimentos de resistência ao capital e as relações de produção na qual se inserem os trabalhadores. Além disso, também se analisa as características da produção agrícola e das formas de trabalho utilizadas nas diversas regiões do país. Tais preocupações estão ligadas à preocupações de outras disciplinas também. O debate clássico estabelecido sobre a questão agrária brasileira é absorvido pela Geografia com forte influência de pesquisadores vinculados a outras disciplinas<sup>4</sup>.

A sociedade brasileira teve um forte processo de urbanização desde

---

<sup>4</sup> Vale lembrar que um dos principais expoentes da discussão agrária dos anos 1960 foi Caio Prado Júnior, formado em Direito mas que atuou de forma marcante em outras áreas, tendo sido um dos fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros e autor dos mais clássicos livros sobre a história e economia brasileira. Além de Caio Prado Júnior, nos anos 1980 em diante uma forte influência do sociólogo José de Souza Martins é verificada entre os estudiosos da Geografia Agrária no Brasil.

os anos 1930 e, por conta disso, grande transformação na agricultura. Esse fato trouxe, nos anos 1960, um importante debate sobre a formação social brasileira. Qual era o caráter daquele processo que vinha transformando o Brasil de um país agrário-exportador em um país urbano-industrial? O caráter de transformações regionais e nacionais era um marco importante no entendimento da Geografia brasileira mas, principalmente, o papel de tal transformação estava ligado ao processo de desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições no âmbito do país. A análise do modo de produção aparecia como uma preocupação que atingia os vários intelectuais que pretendiam analisar as transformações no Brasil. Mas vale lembrar as palavras de Milton Santos (2005, p.32) que nos aponta que

Quando se fala em modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator.

Ou seja, o caráter espacial do modo de produção e da formação social fica presente na análise da sociedade, daí a criação pelo autor do conceito de formação sócio-espacial, no qual os aspectos geográficos-espaciais ligados à forma com que a sociedade se organiza para garantir sua reprodução social estariam sendo contemplados como uma categoria metodológica.

Para aquele momento o que se apresentava de forma marcante era a chamada “questão agrária”, marcadamente a necessidade de reformas na estrutura agrária do país como forma de alavancar o desenvolvimento das forças produtivas no campo e assim possibilitar o avanço do desenvolvimento no país. O Golpe Militar de 1964, com o uso da força, pôs fim ao debate acadêmico e a liberdade de discussão. O projeto de modernização da agricultura, a conhecida modernização conservadora<sup>5</sup>, trouxe uma série de

---

<sup>5</sup> A nome “modernização conservadora” se deve ao fato de se ter aumentado o nível técnico da agricultura (máquinas, implementos, fertilizantes, etc) sem ter mexido de forma significativa na estrutura agrária do país. Nos anos 1960 a esquerda acreditava que sem uma ampla reforma na estrutura agrária existiria uma impossibilidade do avanço do capitalismo e da industrialização. A “modernização conservadora” demonstrou que tal reforma não era necessária para o capital, que se reproduziu de forma associada aos grandes proprietários de terra. A “modernização conservadora” nada mais é que a chamada Via Prussiana de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento feito “de cima para baixo”.

transformações no âmbito da agricultura brasileira que passou a ser objeto dos estudos agrários nos anos 1970-1980.

A Geografia Agrária buscava entender o processo de produção do espaço levando em conta esses fatores vinculados à modernização, tendo como principais preocupações o avanço das relações capitalistas no campo e as suas formas de resistência. A luta de classes no campo, o avanço das forças produtivas foi algo marcante entre as preocupações dos geógrafos que atuavam nesse campo.

Marcadamente se percebia grande influência dos pensadores clássicos da questão agrária brasileira, principalmente de Caio Prado Júnior. O debate sobre a existência de resquícios feudais no Brasil que era um dos principais pontos do debate nos anos 1960 foi simplesmente abolido, considerado como interpretação mecanicista da Terceira Internacional chegou a ser ridicularizado nos meios acadêmicos. Mesmo existindo vários autores de grande peso, como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel entre outros, a tese feudal foi substituída pela tese da existência de relações pré-capitalistas ligados à produção do capital.

A influência de José de Souza Martins foi marcante. O estudo dos camponeses e de suas relações sociais marcaram durante grande tempo os estudos de Geografia Agrária. O camponês era entendido como um trabalhador que estava ligado à produção não capitalista do capital. Era o símbolo da resistência ao capital.

Vale também ressaltar a importância do referencial teórico ligado à Wladimir Ilitch Lênin. O líder da Revolução Russa de 1917, teve com sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, uma influência muito grande na Geografia, principalmente por ter esboçado neste livro o conceito da “Formação Social” uma das categorias de análise mais importantes entre os geógrafos. Uma das características de grande importância apontadas por Lênin é o processo de divisão social do trabalho. Tal processo nos dá as indicações fundamentais para o entendimento da produção do espaço e o marco que vai fundamentar a divisão campo cidade. Em suas palavras (LÊNIN, 1985, p. 13)

A divisão social do trabalho constitui a base da economia mercantil. A indústria

de transformação se separa da indústria extrativa e cada uma delas se subdivide e em pequenas categorias e subcategorias, que fabricam produtos particulares na forma de mercadorias, trocando-os como todos os outros produtos. Assim, o desenvolvimento da economia mercantil provoca um crescimento de número de ramos industriais distintos e independentes. [...] Sob a economia natural, a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas (famílias camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas, domínios feudais) e cada uma dessas unidades executava todos os tipos de trabalho, desde a obtenção dos diversos tipos de matérias-primas até a sua preparação definitiva para o consumo. [...] É esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo.

Dentro dessa perspectiva, fica claro que não é possível um entendimento do rural sem a sua integração com o urbano. A Geografia Agrária, portanto, necessita vislumbrar um aspecto mais amplo do desenvolvimento social. Não basta entender o campo pelo campo, mas sim na sua interligação com o urbano e com a formação mais geral da sociedade.

#### **A necessidade da interpretação histórica dos fenômenos geográficos**

As preocupações de cada momento histórico são marcos fundamentais para o entendimento dos caminhos aos quais a Geografia Agrária segue, inclusive com quem dialoga. Os anos 1980 foram fundamentais na demarcação de novas preocupações e métodos de análise.

A política industrializante adotada a partir de 1930 não entrava em choque com o monopólio da terra por parte da classe de latifundiários. A conjuntura internacional de crise favoreceu uma política de industrialização por substituição de importações, contando com a existência prévia de um mercado para os novos produtos industrializados internamente. Dessa forma, a oposição clássica entre a concentração de terras e a indústria que apareceu em outros países não se deu no Brasil, favorecendo assim uma aliança de classes que se manteve no poder durante todo o período desenvolvimentista.

O novo passo na industrialização dado nos anos 50 trouxe a tona a necessidade da discussão do modelo de desenvolvimento que estava se adotando. O questionamento da manutenção da estrutura de terras altamente

concentradas, da questão camponesa e dos trabalhadores do campo em geral passou a ser uma preocupação mais intensa dos movimentos populares e principalmente do partido que os aglutinava, o Partido Comunista do Brasil (PCB). A reforma agrária tornava-se uma bandeira de luta adotada pela esquerda, seria a forma de romper com os laços feudais que impediam o livre desenvolvimento das forças produtivas no Brasil.

A tese principal do PCB e de sua atuação junto aos movimentos populares era a de uma aliança entre a burguesia industrial e o operariado que, juntos, lutariam contra os “entraves” ao desenvolvimento brasileiro: o latifúndio feudal e o imperialismo. A Reforma Agrária desempenharia um papel fundamental na desarticulação do latifúndio feudal e a luta urbana na resistência ao imperialismo. A ação do PCB junto aos movimentos sociais do campo seria a de defesa da reforma agrária, apoiando as lutas dos trabalhadores rurais e dos camponeses.

O surgimento das Ligas Camponesas no nordeste do Brasil, foi um momento importante do ponto de vista da organização social e dos movimentos populares. As Ligas surgiram sem uma vinculação direta com o Partido Comunista, que normalmente estava envolvido diretamente nas organizações populares, mas era uma forma quase espontânea de organização camponesa. A liderança do advogado Francisco Julião conseguiu dar às Ligas um caráter organizativo que foi fundamental para o seu sucesso e para a proliferação desse movimento na organização dos trabalhadores rurais e camponeses do nordeste, porém o golpe militar de março de 1964 pôs fim a essa experiência.

A subida de João Goulart à presidência da República e a sua defesa da necessidade das Reformas de Base (entre elas a Reforma Agrária) criou um clima de desconforto entre as classes dominantes, um certo receio de que o pacto firmado entre a burguesia industrial e os latifundiários poderia sofrer um golpe por parte de alguém que tivesse algum interesse em atender às reivindicações da classe trabalhadora. O medo da “escalada” do PCB e das esquerdas no governo Goulart, o medo de uma “República Sindicalista” e de uma “comunização” do Brasil criou as bases necessárias para que as classes dominantes se aglutinassem e dessem o golpe de Estado com a

ajuda dos militares, Igreja Católica e setores da sociedade civil organizada. Estava feito o “Golpe de 1964”, que levaria o país a uma ditadura que durou cerca de vinte anos.

A idéia da aliança entre burguesia nacional e operariado contra o latifúndio feudal e o imperialismo, apontada pelo PCB, se deu de forma contrária: uma aliança da burguesia nacional com o latifúndio feudal e o imperialismo contra os operários e a esquerda em geral<sup>6</sup>. A reforma agrária, que no entendimento das esquerdas representava também um interesse da burguesia industrial (pois criaria para ela um mercado interno para seus produtos industrializados, com a elevação da renda média da população), foi na verdade encarada como uma forma de questionamento do “sagrado” direito à propriedade privada<sup>7</sup>.

Não havia, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, uma necessidade da reforma agrária. A concentração de terras não impediu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como imaginavam as esquerdas na época. O fundamental para a burguesia nacional era manter o pacto de poder estabelecido com o latifúndio e daí a sua opção pelo golpe que poria fim àquilo que realmente poderia questionar a base de sustentação de seus interesses: os movimentos populares.

Após o “Golpe de 1964” os movimentos populares e as reivindicações dos trabalhadores passaram a ser encarados como casos de polícia. A questão agrária tão presente no período anterior ao golpe foi “resolvida” pelo projeto de “modernização da agricultura”, o Estatuto da Terra, relativamente progressista, nunca saiu totalmente do papel. O PCB e as esquerdas foram perseguidos e suas lideranças eliminadas (fisicamente em alguns casos).

A “culpa” do golpe recaiu sobre o erro de análise do PCB, sua tese sobre a existência de resquícios feudais no Brasil teria sido o aspecto fundamental para o seu erro e essa tese passou a ser criticada amplamente

<sup>6</sup> MAMIGONIAN (2000), trata as várias teses sobre a industrialização brasileira mostrando sua ligação com a defesa do caráter estagnacionista defendido pela CEPAL. A compreensão da questão agrária estaria ligado aos ciclos longos da economia e desta forma, seu entendimento estaria ligado a uma visão mais ampla do desenvolvimento econômico.

<sup>7</sup> Uma boa análise sobre as teses de defesa da reforma agrária no Brasil podem ser encontradas na tese de doutoramento de Paulo de Tarso P. L. SOARES (1992), na qual ele faz uma discussão dessas teses encarando-as num viés leninista.

tanto no meio acadêmico quanto no meio político, acusações sobre o caráter de um “dogmatismo esquemático vinculado a Terceira Internacional” tornou-se comum para desqualificar tal tese. O forte papel desempenhado pelo PCB nas organizações dos movimentos populares passou a ser questionada e nunca se recompôs, mesmo depois da ditadura.

Sem dúvida o grande marco dos anos 1980, do ponto de vista das organizações populares, foi o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Surgindo no bojo da crise do final da ditadura, se estruturando e se territorializando durante o “Governo Sarney”, este movimento se torna, nos anos 1990, o principal movimento popular brasileiro. Um movimento que tem como bandeira principal a reforma agrária, mas tem como estratégia de luta uma aliança com outros setores dos trabalhadores e o enfrentamento dos problemas mais amplos que atingem a sociedade brasileira.

A ditadura eliminou boa parte das lideranças tradicionais dos movimentos populares, dificultou a reorganização dos partidos de esquerda na transição democrática minando sua atuação nos sindicatos e nos movimentos populares, que passam a ter grande presença de lideranças não ligadas aos tradicionais partidos de esquerda ou então ligadas à ala progressista da igreja católica. Os movimentos surgidos após o fim da ditadura contavam com essa nova característica, rompiam com a tradição de esquerda existente anteriormente criando uma nova organização com a participação de novas lideranças. A crise econômica dos anos 1990 encontra os movimentos populares urbanos e os sindicatos extremamente fracos e desorganizados. A atuação da elite no poder para o enfraquecimento dos sindicatos foi uma decisão fundamental na implementação da política de abertura e desindustrialização dos anos 1990. Os sindicatos não contavam mais com a força necessária para tentar brechar os rumos que estavam sendo tomados em relação ao desenvolvimento brasileiro.

Foi no bojo desta crise dos movimentos populares urbanos que o MST se transformou no grande movimento brasileiro, que hoje não representa apenas um movimento popular rural ou um movimento de luta pela reforma agrária, mas um movimento que aglutina trabalhadores do

campo e da cidade e que discute os temas ligados ao tipo de sociedade que se imagina para o povo brasileiro. Daí o seu caráter mais amplo que o dos movimentos urbanos ou dos movimentos conhecidos até então. A partir de sua bandeira de luta, a questão agrária, leva às massas a discussão de outros temas relevantes: o caráter do desenvolvimento brasileiro, a adesão às instituições multilaterais (ALCA, OMC e outros), os rumos da política econômica, etc.

O fim da ditadura e a subida ao poder do grupo ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) trouxeram uma nova esperança aos movimentos populares. A crise econômica pela qual passava o país na transição democrática e a participação de grupos progressistas no novo governo levou a um aumento das discussões sobre um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que teria o objetivo de discutir as formas com que se faria uma reforma agrária como importante passo na construção de uma sociedade mais democrática. As discussões em torno do PNRA do governo de José Sarney e o surgimento de certa dúvida, por parte das oligarquias agrárias, sobre os rumos que tomaria o novo governo em relação à reforma agrária, levaram alguns setores ligados aos latifundiários a formar a União Democrática Ruralista (UDR), que foi uma instituição ligada à luta contra qualquer tipo de transformação no tipo de estrutura agrária do Brasil, ou seja, uma organização que prezava pela manutenção do latifúndio, utilizando-se de todo o tipo de armas para que seus objetivos fossem atingidos, desde a formação de *lobbies* no congresso nacional até o assassinato de lideranças populares ou o enfrentamento armado contra os trabalhadores rurais e os “Sem-Terra”.

É importante frisar que os estudos nesse momento não estavam ligados somente à curiosidade individual do pesquisador, mas sim à efervescência das relações políticas daquele momento. A “redemocratização” vinda com o “Governo Sarney” e a possibilidade da criação de um Plano Nacional de Reforma Agrária, trouxe novamente a questão agrária para a ordem do dia. A preocupação com o desenvolvimento do país após a crise da dívida, os estudos relacionados às mazelas deixadas pelo regime militar foram temas presentes na Geografia em geral e na Geografia Agrária

em particular, à ocupação das fronteiras agrícolas, as frentes de expansão, a “integração” do território nacional na ótica do desenvolvimento eram temas presentes em várias disciplinas dentre as quais a Geografia.

Os anos 1990 foram marcados pelo que podemos chamar de “a contra-revolução neo-liberal”, o fim das preocupações com o desenvolvimento nacional e, principalmente, a internacionalização da economia brasileira numa velocidade jamais vista, criou entre os pesquisadores uma certa perplexidade com o que viria a ser conhecido como a nova ordem mundial. O fim da União Soviética trouxe para alguns o fim da utopia socialista, para outros, o fim do marxismo enquanto método de análise. O termo da moda então era a “globalização”.

Os estudos de Geografia Agrária passavam a ter uma nova preocupação: a influência da globalização na agricultura. Neste momento o diálogo com a economia espacial foi muito importante. Começou a se tornar comum o estudo das redes de poder e territórios produtivos, as cadeias integradas de produção, os *Clusters*, etc. Ou seja, a “globalização” da economia trouxe uma nova preocupação para a Geografia na qual o diálogo com a economia era muito importante.

Como o capitalismo é contraditório, também aparece nesse momento um movimento inverso em relação à produção científica. Os anos 1990 foram o momento da supremacia do neo-liberalismo no país, mas também foi o momento da consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o qual tornou-se tema de grande importância nos estudos de Geografia Agrária. Os estudos sobre a territorialização do movimento, sobre as condições dos assentamentos, sobre as lutas no campo foram se tomando comuns na produção geográfica ligada à Geografia Agrária. Da mesma forma o diálogo com outras ciências se mostrou presente, uma volta ao marxismo no bojo de compreender a luta de classes no âmbito nacional e o papel dos movimentos sociais foram presentes. Por outro lado um diálogo mais intenso com a Antropologia a fim de identificar a resistência cultural dos camponeses como uma forma de resistência ao capital também foi marcante<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> A crise econômica vinda desde os anos 1980 trouxe junto a si uma certa desilusão com a ideia de desenvolvimento ou mesmo com a utopia socialista. As ideias presentes passaram a ser a de uma volta

### **Considerações finais: a Geografia Agrária pode compreender o mundo sem dialogar com outras disciplinas?**

Procuramos mostrar no desenvolvimento do texto que são os aspectos políticos e as questões que cada momento histórico coloca que traz a tona os diálogos entre as diversas disciplinas. Não só os questionamentos são importantes mas também a visão de mundo que levam a tais questionamentos. O entendimento do mundo passa por uma análise de diversos aspectos do real, daí a necessidade do entendimento da ciência como um todo e não de forma compartimentada, como nos lembra Manuel Correia de ANDRADE (1989, p. 11)

O problema da classificação das ciências e do estabelecimento de limites entre os campos das várias ciências vem preocupando os filósofos desde o século XVIII, tendo sido objeto de estudos acurados de Kant e, no século XIX, de Comte. Na verdade o conhecimento científico não pode ser compartimentado, ele é um só, e a divisão das ciências é apenas uma tentativa de compatibilizar a vastidão deste conhecimento com a capacidade de acumulação de conhecimentos pelo homem. Esta classificação tornou-se necessária à proporção que este conhecimento se expandiu horizontal e verticalmente, ou seja, em extensão e profundidade. Marx ao formular as suas ideias e princípios, preocupado com uma visão total dos problemas do mundo e da ciência, condenou a divisão da ciência em várias 'províncias'. Para ele, na visão científica do mundo, o princípio da totalidade não poderia ser quebrado.

Na tentativa de responder a questão que dá título às nossas considerações finais somos obrigados a responder que não! A Geografia Agrária, sozinha, como conhecimento compartimentado não tem referenciais suficientes para responder aos questionamentos atuais. Ela estabelece diálogos com outras disciplinas, está inserida em uma análise da totalidade que é ligada às preocupações do momento histórico na qual se insere. A sociedade não faz perguntas a qual ela não possa ainda responder, nos lembra Marx. Os grandes temas, as grandes discussões, as interpretações e debates na Geografia Agrária estão ligados às preocupações do momento

---

para o campo e a resistência cultural como forma de resistência ao capital. O próprio MST traz dentro de si uma gama diferenciada de concepções de mundo e a luta ideológica dentro do movimento muitas vezes é mascarada como apenas uma luta política. Faz-se necessário um estudo mais aprofundado das concepções do Movimento e da luta de classes interna a ele.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo:Hucitec, 1990.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1969.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SOARES, P. T. P. L. *Um Estudo Sobre Lênin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo:FEA-USP, 1992.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Notas sobre Epistemologia da Geografia*. Cadernos Geográficos n. 12, Florianópolis, 2005.